

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XIII
<i>O Dom da Palavra</i>	XV
<i>Prefácio</i>	XVII
<i>Nota à 5ª Edição</i>	XIX
<i>Nota à 4ª Edição</i>	XXI
<i>Nota à 3ª Edição</i>	XXIII
<i>Nota à 2ª Edição</i>	XXV
<i>Nota do Autor</i>	XXVII

Parte I

FUNDAMENTOS

Capítulo I – Direito Processual Constitucional: Noções Fundamentais. Conteúdo Programático	3
1. Direito Processual Constitucional e Direito Constitucional Processual: objeto; distinção	3
2. Direito Processual Constitucional e Teoria Geral do Processo: relação entre as duas disciplinas.	7
3. Trilogia estrutural de conceitos básicos da Teoria Geral do Processo: jurisdição, ação e processo. A defesa como quarto elemento estrutural. Fundamentos constitucionais do quadrinômio	8
4. O processo como complemento das garantias fundamentais	9
5. O direito ao processo e o acesso à Justiça	10
6. Evolução do Direito Processual Constitucional	12
Capítulo II – As Modernas Constituições e o Processo	19
1. As Constituições como sedes de normas processuais	19
2. Constituições de alguns países da Europa e da América Latina	20
3. A Constituição brasileira	32
Capítulo III – Princípios Constitucionais do Processo	35
1. Considerações prévias.	35
2. Princípio do devido processo legal	37

3. Princípio do juiz natural	40
3.1. A extensão do princípio ao Ministério Público: princípio do promotor natural	42
4. Princípio do contraditório	43
5. Princípio da ampla defesa	46
6. Princípio da motivação das decisões	48
7. Princípio da publicidade	50
8. Princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional	52
9. Princípio da licitude das provas	55
10. Princípio da celeridade processual	58
11. Princípio da presunção de inocência	61
12. Princípio da não autoincriminação	61
Capítulo IV – Jurisdição Constitucional	63
1. A jurisdição como função constitucional	63
2. A jurisdição constitucional como espécie de jurisdição	66
3. Objeto da jurisdição constitucional	67
4. Plano da matéria neste livro	70

Parte II

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo I – O Controle da Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos	75
1. O controle da constitucionalidade do ponto de vista de sua natureza: modelo político e modelo jurisdicional	75
2. Sistemas de controle: sistema concentrado e sistema difuso	81
Capítulo II – O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade no Brasil	85
1. O controle jurisdicional da constitucionalidade no Brasil: sistema misto	85
2. O controle concentrado	86
2.1. Ações diretas de inconstitucionalidade	86
2.2. Ação declaratória de constitucionalidade	101
2.3. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	102
3. O controle difuso: particularidades	110
4. O controle instrumental para fins de intervenção da União nos Estados e dos Estados nos Municípios	112
Capítulo III – O Controle da Eficácia da Norma Constitucional	117
1. O controle da eficácia da norma constitucional: nova dimensão da jurisdição constitucional	117
2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	118
3. Mandado de injunção	120

Parte III

**JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL:
AÇÕES DESTINADAS À TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Capítulo I – Ação Popular.....	131
1. A ação popular como instrumento de participação política	131
2. Antecedentes históricos. Ação popular não constitucional: possibilidade, <i>de lege ferenda</i>	133
3. Objeto e <i>causa petendi</i>	135
4. Sujeitos da relação processual	139
5. Procedimento	143
6. Outros aspectos processuais	145
7. Natureza da ação	146
Capítulo II – Ação Civil Pública.....	147
1. A ação civil pública como instrumento de tutela de interesses difusos e cole- tivos. Hipótese em que pode ser usada para a defesa de interesses individuais homogêneos	147
2. Ação civil pública e ação popular	154
3. Objeto e <i>causa petendi</i>	156
4. Sujeitos da relação processual	158
5. O Ministério Público: tríptico papel	160
6. Aspectos processuais: competência. Procedimento. Provimentos provisórios. Efeitos dos recursos. Coisa julgada	163
7. Natureza da ação	165
8. Ação Civil Pública e atos de improbidade administrativa	167
Capítulo III – Mandado de Segurança	171
1. O mandado de segurança como instrumento de garantia de direitos públicos subjetivos	171
2. Origem histórica: proteção possessória dos direitos pessoais e teoria brasi- leira do <i>habeas corpus</i>	174
3. Lei de regência	178
4. Direito líquido e certo: requisito especial	180
5. Sujeitos da relação processual	183
6. Cabimento, impetração, procedimento e liminar	187
7. Sentença e coisa julgada. Recursos e execução	192
8. Mandado de segurança preventivo	193
9. Mandado de segurança contra ato judicial	194
10. Atos de gestão comercial: não comportam mandado de segurança	197

11. Mandado de segurança coletivo	199
12. Natureza da ação	202
Capítulo IV – Habeas Data	205
1. O <i>habeas data</i> como garantia de acesso aos registros públicos de informações para tutela da privacidade individual. Origem. Denominação	205
2. Objeto e <i>causa petendi</i>	207
3. Condições da ação	209
4. Competência	211
5. Procedimento	212
6. Outros aspectos processuais	214
7. Natureza da ação	215
Capítulo V – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.	217
1. Considerações prévias	217
2. A ação: natureza. Objeto. Exercício	219
3. Legitimação processual	220
Capítulo VI – Habeas Corpus.	223
1. Histórico	223
2. O <i>habeas corpus</i> como garantia da liberdade de locomoção: natureza da ação e outros aspectos processuais	224
3. Tipos de <i>habeas corpus</i>	227
4. Procedimento	228
5. Restrições ao seu cabimento	229
6. O <i>habeas corpus</i> e a natureza da prestação jurisdicional	230

Parte IV

DO PODER JUDICIÁRIO

Capítulo I – Aspectos Fundamentais.	233
1. Estrutura do Poder Judiciário brasileiro: sistema dualista	233
2. Jurisdição una: o monopólio da função jurisdicional	235
3. Os magistrados: carreira; garantias; limitações; disciplina	236
4. Autogoverno da magistratura	239
5. Órgãos que compõem o Judiciário: juízes e tribunais	239
6. Conselho Nacional de Justiça	244
7. Funções essenciais à Justiça	247
8. Organograma do Poder Judiciário.	253
9. Reforma do Judiciário: a complementação esperada	254

Capítulo II – Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça: Órgãos de Superposição na Estrutura do Judiciário	257
1. Origem e composição do STF e do STJ	257
2. O STF e o STJ como órgãos de superposição na estrutura do Judiciário	260
3. O STF e o STJ como Tribunais da Federação	261
4. O recurso extraordinário e o recurso especial	261
4.1. Considerações preliminares	261
4.2. Sentido do termo “causa”	263
4.3. Exclusão do cabimento dos recursos	263
4.4. Prequestionamento	263
4.5. Alcance dos recursos: julgamento da causa	264
4.6. Hipóteses de cabimento	265
4.7. Repercussão geral das questões constitucionais	267
4.8. Juízo de admissibilidade. Particularidades do processamento e do julgamento	269
5. Súmula vinculante	270
6. Reclamação constitucional	274
Capítulo III – Justiça Comum de Primeiro Grau (Federal e Estadual)	279
1. A Justiça Federal e a Justiça Estadual no sistema dualista. Estrutura dos respectivos órgãos	279
2. A competência da Justiça Estadual: caráter residual	282
3. A competência da Justiça Federal: critérios determinativos	283
Bibliografia	289
Índice Onomástico	305
Índice Alfabético e Remissivo	311